



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

VIOLÊNCIA CONJUGAL CONTRA MULHERES DAS CAMADAS MÉDIAS E ALTA

Tânia Rocha Andrade Cunha*

(UESB)

RESUMO

A Violência Doméstica constitui grande preocupação de estudiosos das Ciências Sociais e do movimento de mulheres. Uma das formas mais nefastas de manifestação dessa violência é a Conjugal, que ocorre entre os cônjuges no espaço da intimidade. De natureza privada, a violência conjugal é praticada, principalmente, contra mulheres e constitui um poderoso mecanismo de controle social. Considerando a escassez de estudos sobre a violência conjugal contra mulheres de camadas médias e alta, investigamos neste trabalho e comprovamos que: a violência sofrida pelas mulheres de maior poder aquisitivo está relacionada diretamente à ideologia da supremacia masculina; grande parte dessas mulheres desenvolvem estratégias de reação e convivência com a violência; a dependência emocional é a principal razão para que muitas mulheres permaneçam presas aos companheiros agressores.

PALAVRAS-CHAVE: Violência Conjugal, Mulher, Camadas médias e alta

INTRODUÇÃO

A Violência Conjugal contra mulheres das camadas médias e alta constitui o foco deste trabalho. A violência conjugal é uma modalidade específica de violência de gênero, portanto, doméstica, que ocorre no espaço das relações de intimidade, entre pessoas que integram ou integravam a mesma unidade de convivência. Essa forma de violência não discrimina lugar, idade, religião, nível de escolaridade ou camada social e pode vir na forma de ameaças, agressões físicas, intimidações, estupros e até assassinato.

* Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB; Doutora em Ciências Sociais –PUC/SP; Coordenadora do Grupo Gênero e Violência – Museu Pedagógico.



Dentro da estrutura familiar (patriarcal), predominante na sociedade ocidental o pai é a cabeça da família e, portanto, lhe é atribuído o direito de aplicar as medidas que considere necessárias para preservar e reforçar sua autoridade sobre a esposa e filhos e manter a unidade familiar, fundamentada no medo. Esse tipo de estrutura familiar autoritária facilita a presença da violência doméstica, especialmente a conjugal, como um fenômeno sócio-culturalmente tolerado pela sociedade.

A partir da Constituição de 1988, homens e mulheres passaram a ser considerados iguais perante a Lei. Todavia, essa legalidade nem sempre é reconhecida como legítima, permanecendo a violência que se pratica contra mulheres, enraizada nas tradições sócio-culturais dos povos.

Da metodologia

Consciente dos obstáculos que seriam enfrentados para encontrar mulheres dispostas a revelar aspectos íntimos da sua vida conjugal, uma vez que elas não costumam denunciar a violência que sofrem, solicitamos a amigos e conhecidos a indicação de mulheres que viveram ou viviam relações violentas e, a partir daí, fizemos uma entrevista. Foram realizadas dezessete entrevistas semi-estruturadas. O fato de as mulheres terem sido indicadas por amigos possibilitou a aproximação e proporcionou a confiança em relação à pesquisadora e à seriedade do trabalho, principalmente que suas identidades seriam preservadas.

Feitas essas considerações, a questão que buscamos compreender neste trabalho é: por que muitas mulheres não rompem com os parceiros violentos, ainda que elas pertençam às camadas médias e alta, tenham escolaridade média ou superior e condição financeira que possa assegurar sua sobrevivência e a de seus filhos? Ou, dito de outro modo, por que muitas mulheres esperam tanto tempo para tomar a decisão de romper a relação com o parceiro violento?



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Procurando responder a essa(s) questão(es), levantamos e tentamos comprovar a hipótese de que “A dependência emocional é a principal razão para que muitas mulheres das camadas médias e alta, que sofrem violência conjugal, permaneçam com os companheiros violentos ou demorem de romper os laços afetivos”.

Sem a pretensão de dar conta de toda a abrangência desse campo, e de querer dar receitas para uma relação conjugal estável, discutimos postulados teóricos que fazem parte do debate acadêmico brasileiro sobre a violência de gênero, na tentativa de compreender as razões que levam muitas mulheres a permanecer com parceiros violentos. Entre os postulados referidos, destacamos as concepções postuladas por Saffioti, Foucault, e outros autores que mobilizamos para discutir o tema deste trabalho. Neste trabalho, foram consideradas mulheres de camadas médias e alta, tanto aquelas mulheres com renda em torno de quarenta (40) salários mínimos quanto aquelas com renda em torno de oito (8) salários mínimos, mas que pertenciam a famílias tradicionais, que gozavam de respeito e status na comunidade; foram ou estão casadas com alguém de respeito, posição social, e nível de renda considerado alto para os padrões da sociedade local e mulheres com nível superior etc.

Esse estudo foi realizado em Vitória da Conquista, cidade de porte médio, localizada no Sudoeste da Bahia e um dos maiores e mais populosos municípios do Estado, que só a partir de 13 de agosto de 2002 implantou uma Delegacia Especial de Atendimento à Mulher.

Violência Doméstica

Segundo Saffioti (1999b, 2002), a violência doméstica, embora ocorra predominantemente na residência, acontece também em outros espaços como a rua, bares, local de trabalho da vítima etc. Essa forma de violência apresenta pontos de sobreposição com a intrafamiliar, contudo, ela é mais ampla, pois atinge pessoas como



agregados, empregados, afilhados etc. que, mesmo não pertencendo à família, vivem parcial ou integralmente, no domicílio do agressor,

Apesar de a violência doméstica não especificar o vetor da agressão, os dados comprovam que a violência doméstica é predominantemente perpetrada por homens. O que não quer dizer que a mulher também não pratique violência. Segundo dados da pesquisa: Violência Doméstica: questão de polícia e da sociedade, as mulheres comparecem com apenas 1% das agressões praticadas contra seus parceiros. “O poder, assim como todo e qualquer fenômeno social, não é processo de mão única, mas fruto da interação social”. (SAFFIOTI, 2002, p.323).

Não obstante se reconheça que a violência ocorre entre os dois pólos da relação, seja ela heterossexual ou homossexual este trabalho trata apenas da violência praticada por homens contra mulheres, no âmbito da relação conjugal.

Violência conjugal

A violência conjugal, conforme a perspectiva feminista, não é mais que uma faceta de um problema social mais grave, que é a violência de homens contra mulheres na sociedade e a subalternidade em que a divisão social do trabalho tem colocado as mulheres, em termos salariais, na educação dos filhos, nos direitos, entre outros, o que tem levado o sistema da justiça criminal e a opinião pública a tolerarem esta situação. Sob esta perspectiva, o cerne da questão está fundamentalmente nas estruturas sociais que encorajam e perpetuam a dominação dos homens sobre as mulheres como causa primeira de violência conjugal.

Falar de violência conjugal não significa apenas falar de maus-tratos físicos, mas também de outras formas de agressão menos visíveis, porém, não menos nocivas, como a tortura psicológica e moral e a violência sexual.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Um lar que deveria ser o lócus privilegiado da construção da família, favorecendo o desenvolvimento psicológico e emocional de seus membros, ao tornar-se violento, deixa de ser para muitos, o ninho de amor que promoveria o acolhimento, o conforto, a confiança e o afeto.

As poucas publicações sobre o fenômeno da violência doméstica no Brasil estão concentradas nas camadas menos favorecidas. Pouco se estuda e pouco se conhece, ainda, a respeito das manifestações da violência conjugal, no seio das camadas médias e alta. O que não quer dizer que as pessoas ou os casais dessas camadas não pratiquem violências. Significa, apenas, que, na maior parte das vezes, eles preferem manter silêncio, o que implica um número de denúncias muito aquém do número de eventos que mereciam chegar ao conhecimento da autoridade policial.

Langley e Levy (1980, p.71) afirmam que, embora convencionalmente o agressor de mulheres seja definido como um “tipo de classe baixa, de camiseta e o copo de cerveja na mão”, as pesquisas têm demonstrado que os espancadores de esposas são apresentados em “todos os tamanhos, formas e cores, e habitam os dois lados do muro”. O fenômeno da violência não é ‘privilégio’ apenas das mulheres de baixa renda ou de menor nível de escolaridade. Idéia bastante difundida na sociedade, por puro preconceito. Pode-se, todavia, presumir que sua incidência seja efetivamente maior dentre os pobres, em virtude do estresse provocado por precárias condições de existência, derivadas de baixos salários, desemprego temporário e desemprego de longa duração.

Para Barros (1997), a violência é concebida de modo diferenciado, dependendo do nível econômico e/ou intelectual dos sujeitos envolvidos na relação. Assim, mulheres que possuem um maior nível intelectual, apesar de também sofrerem agressões, possuem uma visão diferenciada da violência, uma vez que a educação que recebem dotam-nas de um senso mais aguçado para perceber os aspectos simbólicos, embutidos na violência de gênero.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

Mulheres pertencentes às camadas de baixo poder aquisitivo só percebem a violência quando são agredidas fisicamente. Muitas vezes, mesmo reconhecendo que são tratadas como inferiores pelos seus parceiros, elas insistem na manutenção da relação. Por outro lado, o casamento, ainda hoje, representa status e uma mulher separada é considerada mulher livre, representando uma ameaça às amigas casadas. O status de casada ainda é muito valorizado, quer pelas mulheres, quer pela sociedade.

Várias razões contribuem para esse comportamento, uma das mais importantes é a dependência econômica, mas, a nosso ver a dependência emocional é mais relevante, já que se aloja nos estratos mais profundos da personalidade e é de difícil compreensão até mesmo pelas mulheres que a sofre.

A diferença existente entre os níveis econômico e intelectual das mulheres, também influencia na postura de cada uma em relação à submissão, pois, compartilhando de valores diferenciados e tendo que desempenhar distintos papéis, grande parte dessas mulheres não se reconhece como vítimas da mesma condição de opressão. As mulheres mais pobres, geralmente, reagem à violência masculina de forma explícita, deixando visível o fato de terem sofrido a agressão. Enquanto as mais ricas, diferentemente, tendem a manter sigilo em torno da situação, pois para elas, as normas que vigoram em seu meio social não lhes permitem expor a vida íntima do casal, sem perda de status. Segundo Barros (1997), o meio social dessas mulheres lhes é hostil, pois os valores introjetados dificultam-lhes o enfrentamento aberto da violência conjugal.

Essas mulheres se sentem presas a uma rede de convenções sociais. Suas maiores preocupações são o constrangimento social e os riscos que a publicidade poderia trazer para a carreira de seus parceiros, além de acreditarem que o status e a respeitabilidade de que eles desfrutam na comunidade possam provocar o descrédito de suas denúncias. Diferentemente do que acontece nas famílias das camadas baixas, em que as brigas acabam chegando à polícia, a violência conjugal no seio das camadas médias e alta é



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

velada. O percentual de mulheres que denunciam o agressor é inferior a 10%, relata Peres, 1996. Cleide faz parte dessa minoria

Depois que eu me separei a coisa piorou, e muito. Ele não aceitava, dizia que eu tinha que voltar por bem ou por mal. Ele me perseguia e me agredia no meio da rua. Ele arrombou a porta da casa de meus pais duas vezes. Numa delas, amarrou uma corda no carro, arrastou o portão, e seqüestrou o meu filho com apenas nove meses. Todas as agressões que havia eu dava queixa na Delegacia. [...] Ele já tinha sido preso várias vezes, mas preso em delegacia, ficava preso vinte e quatro horas, mas logo era solto (Cleide, 45 anos, 3o Grau).

A violência nessas camadas é guardada a 'sete chaves', pois a hipocrisia é a marca registrada de muitos "nobres". Em nome da condição material, a violência é sufocada. Muitas mulheres evitam encarar o problema de frente, porque sabem que a separação significa, para elas, queda em seu padrão de vida. Assim, apesar das evidências da violência entre os ricos, sabe-se que, além de não ser divulgada nem registrada nas delegacias, assume formas mais sofisticadas e menos evidentes que um olho roxo e/ou um braço quebrado. Tais situações podem ser constatadas nos relatos de Ana Lúcia e Suzana:

O meu casamento foi um desastre. Ele era agressivo. Muitas vezes ele chegava em casa e me achava maquiada, então [...] pegava os batons e todas as outras coisas, quebrava e ainda trazia para eu ver. Rasgava minhas roupas porque eram curtas. Quando me casei, não podia usar calças compridas, ele não permitia. (Ana Lúcia, 53 anos, 2o Grau)

[...] Ele exigia de mim submissão. Uma coisa me chocou muito, ele falou, por exemplo, que quando eu fosse pedir as coisas a ele eu tinha que chupar o pinto dele. Eu nunca ia fazer isso para conseguir alguma coisa, nunca! Dizia que mulher tinha que ter um jeitinho especial com o marido e fazer isso, fazer aquilo. [...] (Suzana, 37 anos, 3o Grau).



As experiências vividas por Ana Lúcia e Suzana descrevem situações de violência marcadas, principalmente, pela humilhação e pelo desrespeito. Esse tipo de violência, muito freqüente na vida conjugal, além de diminuir a auto-estima, pode provocar terríveis distúrbios na saúde das mulheres e até jogá-las em situações nas quais o desespero pode precipitá-las a atos extremos como o homicídio, o suicídio, ou tentativa, como a de Cleide:

Eu peguei uma caixa de comprimidos para dormir e tomei vários. Eu não morri porque eu dormi antes de acabar de tomar a caixa do remédio. [...] Aí, quando ele chegou, eu estava desmaiada nas almofadas, e ele me levou para o hospital [...]. Eu tomei com a intenção de morrer mesmo (Cleide, 44 anos, 3o Grau).

Segundo Rangel (1999), as mulheres da elite, além de camuflar a violência, precisam preservar o patrimônio e manter o status. E para que isso aconteça é necessário 'vender' uma imagem de que a vida do casal está indo muito bem. Os ricos podem, ainda, contratar os mais respeitados e experientes profissionais: advogados, juízes, terapeutas, entre outros, para absolvê-los das acusações.

Outra diferença que se pode constatar entre as agressões sofridas por mulheres de camadas médias e alta, e por mulheres das camadas baixas, está nos instrumentos utilizados pelos agressores. Segundo Saffioti e Almeida (1995), enquanto os menos favorecidos costumam usar objetos como faca, nas camadas mais altas, bate-se mais com as mãos, e o rosto parece ser o lugar mais atingido nas brigas do casal. Esse comportamento do agressor denota que sua intenção é prejudicar a beleza, um atributo muito valorizado pela sociedade, nas mulheres.

Nessas camadas, o agressor é, aparentemente, um homem que está acima de qualquer suspeita. Na maior parte das vezes, a imagem que ele tem publicamente, é de uma pessoa impecável, cumpridora dos deveres, ótimo marido e ótimo pai. No seu ambiente social e de trabalho, ele goza do maior prestígio e é visto como uma figura



caseira, tranqüila, etc. Situação bem diferente daquela do ambiente doméstico e da relação com a parceira, como foi relatado por Maria Luiza:

[...] Ele se preocupava com a imagem de homem de bem, e ele era um homem de bem, era correto no trabalho. Quando eu estava me separando, [...] contei para uma amiga e ela comentou com o marido, então, ele falou: “é mentira, o marido dela é a pessoa mais amável do mundo, isso que você está falando é criação dela”. (Maria Luiza, 62 anos, 2o Grau)

A assistente social Carine Toledo, chama a atenção de que “É muito freqüente que os vizinhos não acreditem nos eventuais pedidos de ajuda da mulher, porque é muito difícil associar a imagem pública do homem respeitável à do espancador”. Para a psicóloga Ruth Gheler, esses homens, do ponto de vista psicológico, são muito inseguros em relação à própria virilidade, ao papel masculino.

Outro aspecto da relação conjugal violenta é que ela é marcada pela ambivalência. Isto é, a imagem do parceiro violento está situada justamente no conflito entre a repulsa da violência e a afeição que a mulher continua mantendo pelo parceiro violento. A maioria das mulheres costuma falar de homens que são ao mesmo tempo, “bons” e “maus”, O mesmo homem que desrespeita, humilha, ameaça e bate na sua companheira, é também o que afaga, sustenta, protege, é bom profissional, bom pai e bom amante, como podemos verificar no relato de Lourdes (55 anos, 1o Grau), casada com um homem que a violentava sexualmente: “Sem beber ele era carinhoso. Ele me procurava para fazer sexo todos os dias. E a gente tinha um relacionamento sexual bom, prazeroso, ele são, eu gostava”.

Segundo Moreira, et al. (1992), essa ambivalência, presente na maior parte das relações afetivas, parece ser um dos elementos que dificultam o enfrentamento da violência. As virtudes e qualidades do parceiro, isto é, o seu lado positivo alimentaria a esperança, quase sempre presente nas mulheres, e reforçaria o medo da perda. De um lado, as características positivas parecem ter a finalidade de justificar as atitudes do



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

parceiro violento, fortalecendo na mulher a esperança de mudança do companheiro quanto do relacionamento do casal. Estas características estão diretamente atreladas à sociabilidade: ao respeito que o homem violento inspira na comunidade; à sua boa reputação profissional ou ao papel que ele desempenha como bom provedor e como bom pai.

Por outro lado, esse mesmo homem, portador de qualidades e de comportamentos considerados socialmente bons, é também portador de características negativas, que dizem respeito a dificuldades emocionais. Algumas mulheres descrevem essas dificuldades como resultantes de traumas, dupla personalidade, alcoolismo, etc. Essa interpretação retira a culpa do agressor e, ainda confere ao seu comportamento um caráter de impulsividade, de inconsciência, inocentando-o da responsabilidade de suas ações, como no exemplo relatado por Cleide:

Meu marido quando estava lúcido era uma pessoa muito boa, muito atenciosa. Não faltava nada em casa, mas quando usava droga, ele se transformava, virava um monstro. [...]. No início eu escondia as brigas da minha família, até o ponto em que comecei a aparecer de olho roxo e inventava desculpas: “eu bati na porta do guarda-roupa, eu cá” (Cleide, 45 anos, 3o Grau).

As características positivas, bem como as negativas do homem violento, parecem proteger as mulheres das dificuldades em romper a relação violenta, ao mesmo tempo em que reafirmam na vítima, a capacidade de perdoar, de compreender e de suportar as adversidades da relação. Nesse contexto, os agressores ganham traços de vítima: doentes, descontrolados, impulsivos, perdem a cabeça, vítimas de si mesmos, etc. Assim, a representação da violência como intrínseca à relação conjugal é outro aspecto que dificulta as rupturas, reafirmando a impotência da mulher frente à resolução do problema, pois a coloca em conflito com a ordem estabelecida.

A partir dos dois aspectos abordados: o envolvimento afetivo e a representação da violência como intrínseca à relação conjugal, percebemos nos relatos das mulheres



que elas pareciam desejar mais que a relação pudesse ser recuperada do que romper os laços afetivos, mesmo que, no momento de suas falas, movidas pelas lembranças amargas e pelo sentimento de raiva elas se mostrassem indignadas com o ex-parceiro. Para a maioria delas, havia sempre esperança de mudança do companheiro. Stella (60 anos, 2o Grau) é um exemplo:

Olhe, o meu ex-marido não me dava atenção, mas eu achava que ele ia melhorar. É hoje, é amanhã, hoje, amanhã. No entanto, foi indo, foi indo (choro), os meninos cresceram, e eu fui me desgostando também. Ele era muito grosso. Não aceitava o diálogo. No princípio do casamento eu cobrava muito dele, depois eu deixei de mão. E, sinceramente, quando me separei eu não sentia mais nada por ele.

Assim como Stella, muitas mulheres, ao perceberem que suas relações estavam cada vez mais se deteriorando e que seus parceiros não mostravam quaisquer sinais de mudanças, tomaram a difícil decisão de romper os laços. Das mulheres entrevistadas, treze separaram, três continuaram casadas e uma ficou viúva. Como podemos ver, a solução encontrada pela maioria foi a separação, embora o tempo médio de duração destes casamentos tenha sido de dezenove anos de convivência.

Pensar na conjugalidade e no desafio que representa manter uma relação entre seres diferentes, é um exercício extremamente difícil, assim como é fazer o julgamento sobre a dor e o sofrimento que envolve uma separação, seja entre ricos ou entre pobres, especialmente, quando esse rompimento é marcado pela violência. Segundo Taube (1992), tanto no ambiente da favela organizada, quanto entre as mulheres bem situadas economicamente, constata-se a extrema frustração, o medo e a insegurança que ocorrem nos momentos dos rompimentos conjugais. Entretanto, apesar experimentarem estes sentimentos, algumas mulheres pareciam estar “nascendo de novo” e desenvolvendo uma nova identidade, livre do jugo masculino.



CONCLUSÕES

A violência doméstica, em que pese todos os avanços conquistados pelas mulheres, apresenta um quadro estarrecedor. Seja física, psicológica ou sexual, a violência perpetrada contra a mulher pelo parceiro ou ex-parceiro é um fenômeno que acontece em todas as camadas sociais, em âmbito mundial. É um grave problema social porque diz respeito às condições nas quais se desenvolve a vida cotidiana de milhões de casais, a qualidade de suas relações e a maneira como constroem a dinâmica familiar. O problema da violência conjugal é de caráter multifatorial já que tem muitas variáveis correlacionadas e, portanto, não podemos falar de uma única causa. Nos relatos apresentados pelas mulheres os fatores mais apontados como responsáveis pela violência são: ciúme, alcoolismo, recusa de manutenção das relações sexuais, infidelidade, drogas, desgaste da relação, dentre outros.

Apesar de as mulheres entrevistadas conviverem com parceiros violentos elas desenvolviam formas de resistência a essa violência, pois como diz Foucault, (1979, p. 241): “A partir do momento em que há uma relação de poder, há sempre uma possibilidade de resistência”. A forma de resistência varia de mulher para mulher. Após protelarem por muito tempo o fim da relação, a maior parte das mulheres concluiu que a separação era a única saída para resolver seus conflitos.

Embora a maioria das mulheres tenha se separado, o tempo médio de convivência com o parceiro violento foi de dezenove (19) anos. Notamos aí que mesmo vivendo relações permeadas pela violência, essas mulheres só romperam os laços após esgotar todas as possibilidades de reconstruir a relação. Duas (2) mulheres permanecem casadas com os seus agressores.

Esse tempo médio de convivência nos chama a atenção, pois essas mulheres pertencem às camadas médias e alta e tem nível de escolaridade médio ou superior, o



que indica que elas teriam condições para se sustentar e sustentar os filhos, ainda que não pudessem manter o mesmo padrão de vida a que estavam habituadas.

Assim, em resposta à questão que levantamos no início do texto, reafirmamos que a dependência emocional é a principal razão para que muitas mulheres permaneçam presas aos companheiros, especialmente as mais abastadas.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Z. Em Briga de Marido e Mulher a D.P.M. mete a colher: aspectos do cotidiano da Delegacia de Proteção à Mulher de Salvador, in: Bahia, análise e dados. Salvador: SEI, set. de 1997.
- BARSTED, Leila L. Metade vitimas, metade cúmplices? A violência contra as mulheres nas relações conjugais. In: Feminino Masculino: igualdade e diferença na justiça. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- CUNHA, Tânia Rocha A. O Preço do Silêncio: violência conjugal contra mulheres das camadas médias e altas, Tese de Doutorado, PUC- São Paulo, 2004.
- FOUCAULT, M. (1976). Genealogia do Poder. In: Microfísica do Poder. Rio de Janeiro. Edições Graal Ltda. 1979a .
- GHELER, Ruth. Revista Marie Claire, Setembro de 2000, p.66-72.
- LANGLEY, R. e LEVY, R. C. Mulheres Espancadas: fenômeno invisível. S P: Hucitec, 1980.
- MOREIRA, M. I. C. et al Violência contra a Mulher na Esfera Conjugal: jogo de espelhos. In: COSTA, A. A e BRUSCHINI. C. (orgs) Entre a Virtude e o Pecado. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; 1992
- PERES, A. A Violência Dentro de Casa. In: Revista Claudia, Julho de 1996.
- RANGEL, Olívia. Violência Conjugal contra a Mulher. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, PUC/São Paulo, 1999.
- SAFFIOTI, H. I. B. O Estatuto Teórico da Violência de Gênero. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (org.) Violência em tempo de globalização. São Paulo: HUCITEC, 1999a, p.142-163.
- _____. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. São Paulo em Perspectiva – A Violência Disseminada, Revista da Fundação Seade, vol. 13, no 4, out./dez. 1999b, p. 82-91.



ISSN: 2175-5493

VII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de novembro de 2007

_____ Violência contra a mulher e violência doméstica. In: Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira. São Paulo: FCC; Ed. 34, 2002.

SAFFIOTI, H. I. B. e ALMEIDA, Suely S. de. Violência de Gênero: poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter Ltda. 1995.

TAUBE, Maria José de Mattos. Alianças partidas ou a dor da separação conjugal nas camadas populares. In: Amor, casamento, separação: a falência de um mito. São Paulo: Brasiliense, 1992.

VALENTE, Maria Inês. Revista Marie Claire, Setembro de 2000, p 66-72.